41^a REUNIÃO PLENÁRIA

RESUMO DAS ATIVIDADES PRIORITÁRIAS São Paulo, 15 de outubro de 2019

LUIS HENRIQUE T. BALDEZ
Presidente Executivo



ANUT: PAUTA PLENÁRIA DE 15 outubro 2019

- FÓRUM DO TRC Plenária de 9 e 10 de outubro
 - . Tabela de Fretes
 - . Resolução CONTRAN sobre amarração de cargas
 - . Demais assuntos
- FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA / CNI Plenária de 27 de setembro
 - . Reforma Tributária
- CONCESSÃO DE RODOVIAS
 - . Novo Modelo de concessão
 - . O caso das BR's RIS, 364/364/MG/GO, 381/262/MG
- PRIORIDADES DO SETOR PORTUÁRIO
 - . Reunião com ANTAQ
 - . Projeto BR Mar/Cabotagem
- OUTROS ASSUNTOS
 - . OFI Contribuições à AP nº ...
 - . PLS 261/Ferrovias
 - . TCU AP sobre a prorrogação da Malha Paulista



ANUT FÓRUM TRC – Pauta Reunião 09/out/2019

- Proposta MEI Caminhoneiro CNI/SEBRAE
- Aplicativo INFRA BR Caminhoneiro SERPRO
- Termo de Cooperação sobre Informações e Apoio ao TRC CNT/SEST/SENAT
- Metodologia Piso Mínimo de Frete e CIOT ANTT
 - . Posicionamento do Embarcadores ANUT / CNI
 - . Razões de Mérito texto
- Linhas de Crédito para o TAC BNDES, BB e CEF
- Cartão Caminhoneiro PETROBRÁS
- Medidas Simplificadas para o PPD MINFRA e Min. Economia

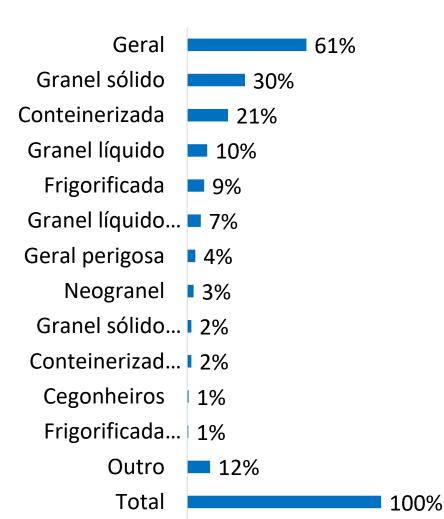


UNIVERSO DA PESQUISA



Tipo de carga no modal rodoviário

Тіро	Empresas
Geral	421
Granel sólido	204
Conteinerizada	144
Granel líquido	71
Frigorificada	60
Granel líquido perigoso	48
Geral perigosa	29
Neogranel	23
Granel sólido perigoso	15
Conteinerizada perigosa	15
Cegonheiros	5
Frigorificada perigosa	4
Outro	81
Total	685



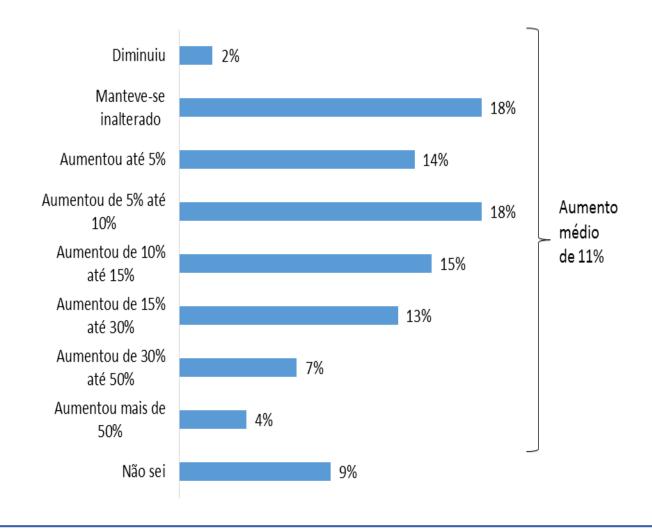
Período da pesquisa: 12 a

29/08

IMPACTO MÉDIO DA TABELA SOBRE O PREÇO DO FRETE



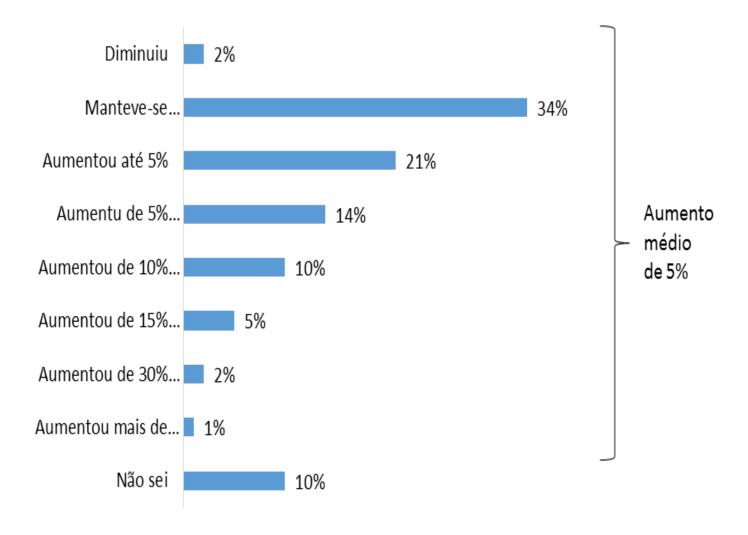
Um ano após o tabelamento do frete



IMPACTO MÉDIO SOBRE O PREÇO FINAL DOS PRODUTOS

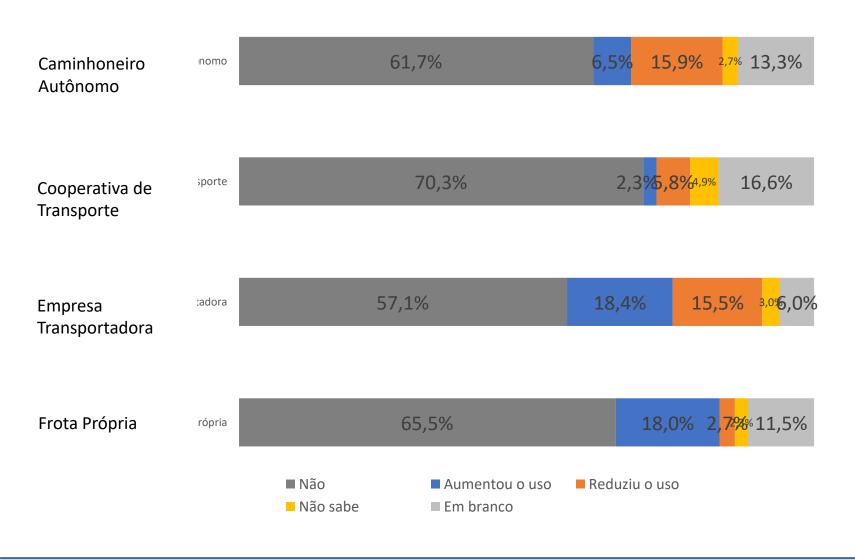


Um ano após o tabelamento do frete



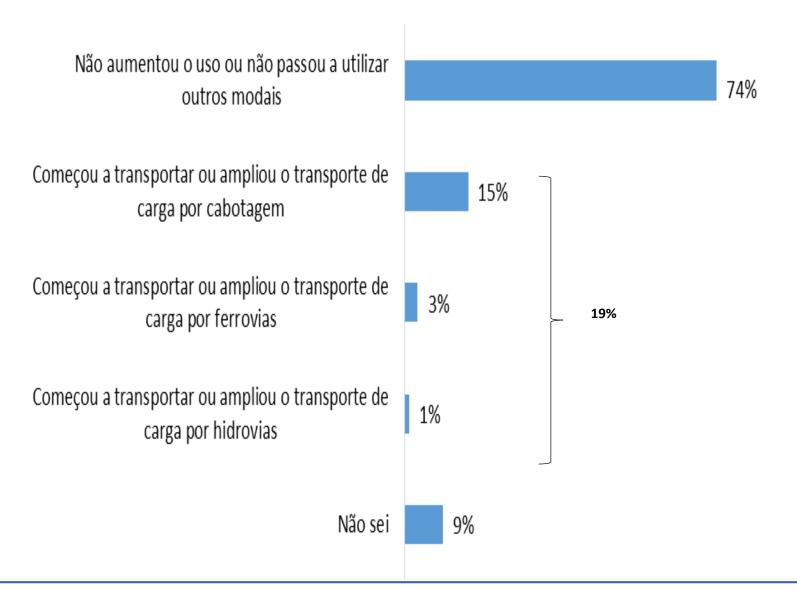
HOUVE MUDANÇA NO TRANSPORTADOR APÓS O TABELAMENTO?





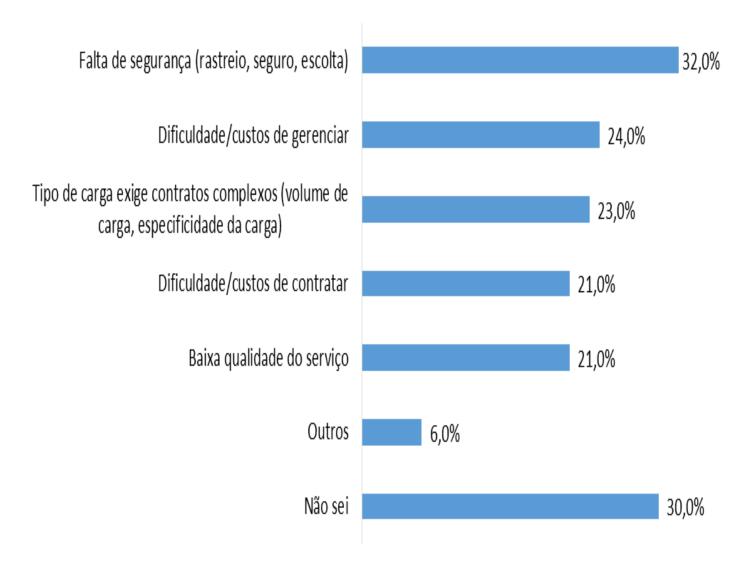
IMPACTO DO TABELAMENTO SOBRE O TIPO DE MODAL





FATORES QUE DIFICULTAM A CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS







CRITÉRIOS

- Baixo custo de conformidade
- Abertura simplificada do negócio
- Contabilidade simplificada
- Permitir emissão de nota fiscal

OPÇÕES

- Microempreendedor Individual (MEI)
- Empresário Individual
- Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)
- Recibo de pagamento para autônomos (RPA)
- Cadastro de Atividade Econômica de Pessoas Física (CAEPF)
- Sociedade Limitada Unipessoal



POLÍTICAS

- 1. Apoio integral ao Dte simplificação e desburocratização
- 2. Continuidade das tratativas para encontrar a melhor solução para emissão da nota fiscal pelo caminhoneiro
- 3. Estender o crédito presumido para todo contrato de frete, inclusive autônomos
- 4. Elaborar soluções para o problema da segurança da entrega
- 5. Fortalecimento do cooperativismo
- 6. Capacitação (OCB/SEBRAE/SEST/SENAT)
- 7. Balcão de negócios

FÓRUM

- 1. CIOT
 - Discussão do impacto regulatório (Lei 13.874 Art. 5º)
 - Risco de perda de mercado
- 2. Câmaras temáticas e setoriais

ANUT: FÓRUM TRC – Plenária de 9 e 10 de outubro

PROPOSTAS MINFRA / ANTT

- . Realizar o II Ciclo de Revisão da Tabela ESALQ
- . Promoveu os seguintes ajustes:
 - .. Preços atuais de mercado dos insumos;
 - .. Novos coeficientes técnicos;
 - .. Inclusão de despesas com diárias e pernoites;
 - .. Novo grupo de produtos
 - .. Imposição de estabelecimento de uma margem de lucro.
- . Resultado: Aumento de 14%
- . Expansão do CIOT para Todos

POSIÇÃO DOS EMBARCADORES

- . Envio de uma carta por maior número de entidades possível ao MINFRA, ANTT, Ministério da Economia e Casa Civil expondo nosso posicionamento;
- . Viabilizar reunião com os Ministros MINFRA, AGU, Economia e Casa Civil para que possamos demonstrar nossas preocupações com a criação de novos pontos de conflitos que só geram insatisfações de ambos os lados;
- . Viabilizar reunião com o Ministro TOFOLLI do STF com o objetivo de visando demonstrar que o mercado não está pacificado e que se precisa, ainda este ano, do julgamento das ADIN's;
 - . Insistir na publicação da Tabela ESALQ, antes dos ajustes propostos;
 - . Suspender toda e qualquer negociação até que a tabela ESALQ seja publicada;
 - . Manter reuniões permanentes entre os Embarcadores;
 - . Adotar um projeto de mídia para expormos à sociedade os malefícios que esta situação gera .



ANUT Resolução CONTRAN 701/2017

OBJETO:

Dispõe sobre os requisitos obrigatórios de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos.

O PROBLEMA:

- . A AMB possui veículo rebocado especial e dotado de sistema de contenção específico para transporte de bobinas com eixo horizontal e perpendicular ao eixo longituninal;
 - . Este dispositivo impede o movimento longitudinal de rolagem;
 - . A Resolução não prevê a existência desses veículos com dispositivos;
 - . A Resolução mantém a exigência das cintas de amarração direta; e
 - . A AMB não cumpre esta exigência.

PROPOSTA DA AMB

. Modificar o art. 8º da Resolução, incluindo o item V, com o seguinte texto:

V – Veículos classificados como bobineiras e dotadas de dispositivos especiais de contenção para bobinas, projetados e fabricados para essa função, com resistência e funcionalidades iguais ou superiores aos dispositivos de contenção do tipo cintas, correntes e ou cabos, podem ser utilizados substituindo os dispositivos de contenção citados.



FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA CNI

REFORMA TRIBUTÁRIA



ANUT Carga Tributária - 2017

RELEVÂNCIA (em bilhões, valores nominais):

	2016	2017	Var.
. PIB	6.260	6.560	4,8%
. Arrecadação	2.021	2.127	5,2%
. Carga Tributária	32,29%	32,42%	_

POR ENTE FEDERATIVO (em bilhões, valores nominais):

	2017	%PIB	%Arrecadação
. UNIÃO	1.447	22%	68%
. ESTADOS	547	8%	26%
. MUNICÍPIOS	133	2%	6%
. TOTAL	2.127	32%	100%

POR TIPO (em bilhões, valores nominais):

```
. IRPF
                            388
. INSS
                            354
. FGTS
                            128
                             47 ...... Total ...... (92% da arrecadação da União)
. IPI
. IOF
                             35
. Comércio Exterior
                             32
. COFINS/CSLL/PIS/PASEP
                             352
. ICMS
                             441 ...... (80% da arrecadação dos Estados)
. ISS
                             56 ...... (42% da arrecadação dos Municípios)
```



Principais Propostas de Reforma Tributária em discussão

PEC 45/2019

PROPOSTA CÂMARA

PEC 110/2019

PROPOSTA **SENADO**



PEC 45/2019: Principais Pontos

- ✓ Substitui 5 tributos sobre consumo (PIS/PASEP, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por 2 tributos (IBS Nacional e Imposto Seletivo)
- ✓ **IBS com características positivas**: base ampla, crédito financeiro, crédito imediato para ativo imobilizado, cálculo por fora, prazo para restituição de saldos credores
- ✓ Alíquota uniforme para todos os bens e serviços
- ✓ Autonomia para estados e municípios definirem suas parcelas na alíquota total
- ✓ Recolhimento centralizado por empresa e receita para o estado de destino
- ✓ Transição de 10 anos
- ✓ Sem incentivos fiscais no IBS Nacional, inclusive para ZFM
- ✓ Altera o Simples Nacional



Posição dos Estados e Municípios

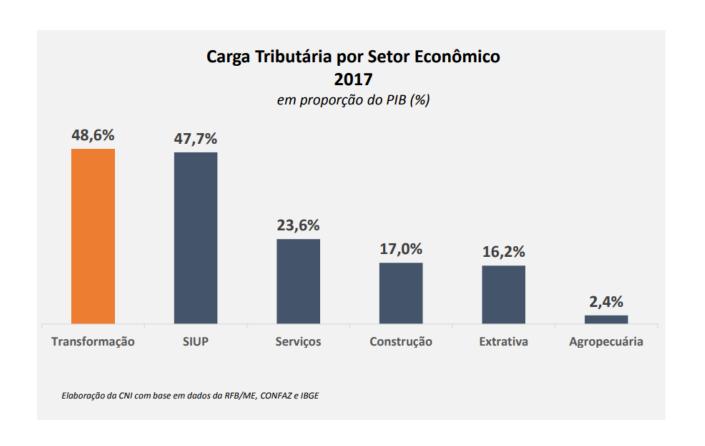
COMSEFAZ defende o modelo da PEC 45/2019 com as seguintes alterações:

- ✓ Comitê Gestor do IBS integrado apenas por estados e municípios e parcela da arrecadação do IBS destinada à União
- ✓ Criação de fundo para a compensação de perdas de receitas com exportações e de Fundo de Desenvolvimento Regional
- ✓ Sem incentivos fiscais no IBS, com exceção da Zona Franca de Manaus
- ✓ Alíquota mínima a partir da qual Estados e Municípios teriam autonomia para alterarem sua parcela na alíquota total do IBS
- ✓ Imposto Seletivo apenas para cigarros, bebidas alcóolicas e armas e munições

FNP não aceita extinção do ISS e a CNM focada na parcela da arrecadação do IBS a ser destinada aos municípios

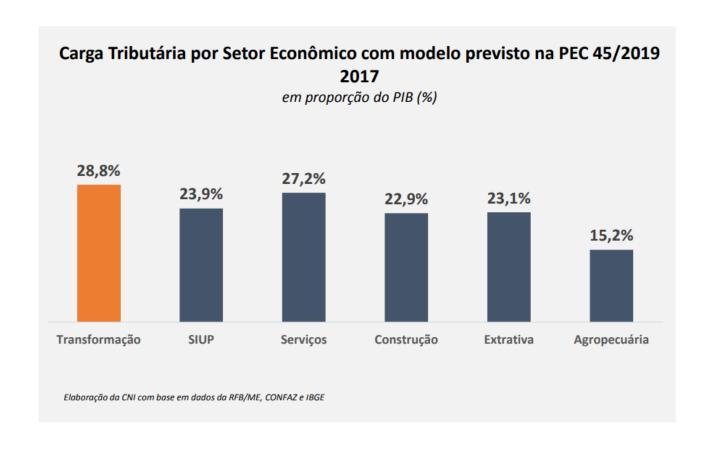


Indústria suporta a maior Carga Tributária no modelo atual





Alíquota uniforme da PEC 45/2019 mudaria esse cenário





CONCESSÃO DE RODOVIAS



LEMBRANDO ...

- Leilão de Concessão da BR 364/365 foi realizado no dia 23 de setembro;
- Trecho de 437 km, com 7 praças de pedágio;
- Tarifa máxima de R\$ 7,02 equivalente a R\$ 11,25 / 100 km);
- Vencedor Ecorodovias, tarifa de R\$ 4,70 (Equivalente a R\$ 7,50 / 100 km), deságio de 33%
- Tarifa da BR 381/MG máxima de R\$ 11,10 equivalente a R\$ 18,11 /100 km;
- Tarifa BR 381 > em 140% Tarifa vencedora BR 364;
- Modelo BR 364 discutido em audiência pública e aprovado pelo plenário do TCU;
- Modelo aprovado:
 - . Menor Tarifa, sem Outorga
 - . Capital Social integralizado no 1º ano (R\$ 309 M)
 - . Deságio > 10% implica adicional de Capital
 - . Para 1% de deságio R\$ 9 M de capital adicional
 - . Capital adicional integralizado até o fim do 1º ano
 - . TIR = 9,20% aa
- RIS (Rodovia de Integração do Sul) 472 km, 7 praças de pedágio, tarifa vencedora de R\$ 4,305/veículo (R\$ 6,40 / 100 km), deságio de 40%, vencedor Grupo CCR.
 - . Modelo pela Menor Tarifa, sem Outorga

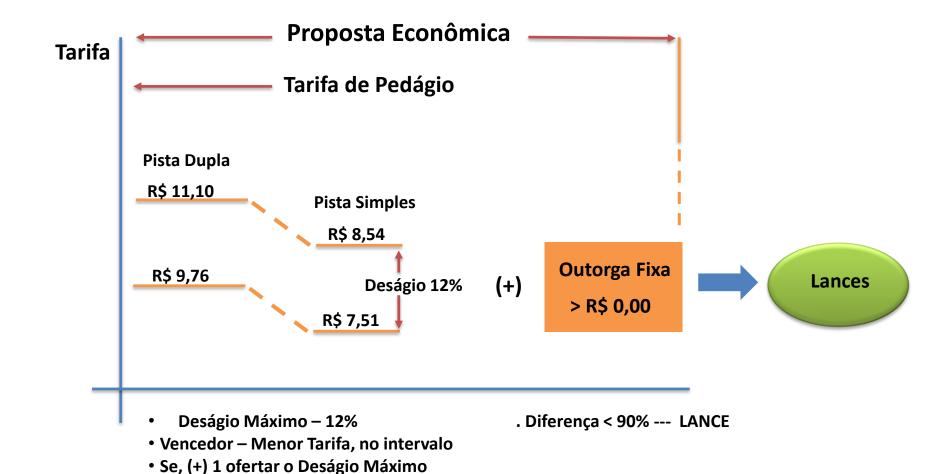


BR 381/MG - MODELAGEM BÁSICA

- Uma "inflexão" no Modelo
- Critério Híbrido de Julgamento no Leilão
 - . Art. 15, III, da LEI nº 8987/95 (Lei de Concessões)
 - . Combinação do critério de Menor Tarifa com o de Maior Outorga
 - . Deságio Máximo: 12% (Pedágio máximo e mínimo)
 - . Tarifas diferenciadas para pista simples e pista dupla
 - . Inclusão de Outorga Variável, como Mecanismo de Proteção Cambial
 - . Prazo de Concessão de 30 anos, sem prorrogação



BR 381/MG – MODELO DE CONCESSÃO



Maior Oferta Fixa



A EVOLUÇÃO DAS TARIFAS DE PEDÁGIO

ETAPA	TARIFA MÉDIA 1
Primeira (1995 – 1998)	16,50
Segunda (2008 - 2009)	5,06
Terceira (2013 - 2014)	5,93
Tarifa média federal	7,12
Tarifa média da BR 381²	14,00 (max. 23,74)
Tarifa vencedora RIS (CCR)	6,40
Tarifa vencedora BR 364	7,50

Fonte: ABCR.

Elaboração dos autores / IPEA

Notas: 1 Valor: R\$/100 km, de setembro de 2017

2 Valor dos Estudos ANTT

Equivale a R\$ 8,54 / eixo (julho/2017)



PRÓXIMOS PROCESSOS DE CONCESSÃO

- BR 381/262/MG/ES
- BR 101/SC
- BR 153/GO/TO
- BR 163/MT/PA
- NOVA DUTRA
- RIO TERESÓPOLIS
- RIO JUIZ DE FORA
- EXTENSÃO TOTAL: 14 mil km



AGENDA ANTAQ

- REUNIÃO COM ANTAQ (24/09)
- ANUT, CNI, ABQUIM, CECAFÉ
- AGENDA:
 - 1. Resolução normativa nº 18 e ação anulatória do CENTRONAVE;
- 2. Resolução sobre a padronização da terminologia das taxas portuárias;
- 3. Consulta pública sobre abusividade de preços dos terminais portuários;
 - 4. Escaneamento de contêineres;
 - 5. Informações sobre a movimentação geral de contêineres;
- 6. Visão da ANTAQ sobre os efeitos do acordo Brasil-União Europeia nos acordos bilaterais de reserva de carga.



ANTT AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PROGRAMADAS

• REUNIÃO COM ANTAQ (24/09)



ANTAQ AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PROGRAMADAS

• REUNIÃO COM ANTAQ (24/09)



AGENDA LEGISLATIVA



PLS 261/2018 Autorização da exploração do transporte ferroviário em infraestruturas privadas

O QUE É?

Regime de autorização - as ferrovias construídas ou adquiridas pela iniciativa privada serão exploradas mediante autorização precedida de chamada ou anúncio públicos e, quando for o caso, de processo seletivo público.

POSIÇÃO

A exploração por autorização, de forma similar ao que ocorre com os terminais portuários privados, é fundamental para a expansão e melhor aproveitamento de malha ferroviária nacional.

O instrumento permite a construção de novas linhas e aquisição de trechos ociosos por parte dos investidores, viabilizando o surgimento de serviços dedicados em curtas e médias distâncias.

Pendências – direito de passagem AÇÕES

Reunião com relator, senador Jean Paul Prates PT, RN e senadora Kátia Abreu PDT/TO

PLC 75/2018 Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas – TRC

O QUE É?

Com 91 artigos, o marco regulatório estabelece regras de segurança nas estradas, infrações e condições de contratação de transportadores, como pagamento, seguros e valepedágio.

As determinações valem para caminhoneiros autônomos, empresas de operação logística, transportadores de carga própria, cooperativas e empresas transportadoras de cargas e de valores, que ficam divididos de acordo com o número de veículos de carga e a capacidade de transporte em toneladas.

POSIÇÃO

O texto contribui para a modernização e melhoria da legislação aplicável ao setor, mas requer alguns ajustes para garantir a vigência de regras isonômicas e maior competitividade à economia nacional.

A redação conferida ao capítulo sobre seguros merece reparos, sendo imprescindível a manutenção da responsabilidade da contratação de seguros uma definição entre as partes.

TRAMITAÇÃO

Distribuído ao senador **Luiz do Carmo**, MDB/GO, para emitir relatório (CAE)

ANUT PROGRAMAÇÃO 2019 - RESUMO TEMÁTICO (8)

II. AÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO

Cerca de 150 Projetos de Lei (PL's) em tramitação cujo texto tem relação com o interesse dos Usuários

TAREFA: Acompanhamento e discussão sobre os PL's:

PL 4860 - Marco Regulatório

MP nº 845 - Fundo Nacional de

Desenvolvimento Ferroviário

PLS nº 214/2018 – Altera a Lei 10.233 das

Agências Reguladoras

PL nº 7063/2017 - Regras para PPP

PLS nº 66/2016 – Fundo para investimento em infra portuário (AFRMM)

PL nº 3217/2015 – Novo critério concessão

(combinação Maior Oferta x Menor Tarifa)

PL nº 421/2014 – Revogação do adicional de

AFRMM na navegação de cabotagem

PLS nº 75/2014 – Altera edital de concessão

PL nº 5000/2013 - Plano Nacional de

Transporte Rodoviário de Cargas



ANUT PROGRAMAÇÃO 2019 - RESUMO TEMÁTICO (8)

II. AÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO

Cerca de 150 Projetos de Lei (PL's) em tramitação cujo texto tem relação com o interesse dos Usuários

TAREFA: Acompanhamento e discussão sobre os PL's:

PLS nº 403/2014 − Desoneração tributária para Logística Reversa

PLS nº 358/2008 – Inclui novos trechos de ferrovias

PL nº 7547/2010 – Reduz 50% no Pedágio para veículos de carga

PL nº 7452/2010 – Sistema de pagamento automático de Pedágio

PLS nº 187/2010 – Vedar cobrança de pedágio em rodovias que atravessem áreas urbanas ou entre cidades que distem menos de 35 km

PL nº 2777/2008 – Obrigatoriedade de equipar veículos de carga com sistema eletrônico de medição de Peso por Eixo

PL nº 5086/2005 – Portos

PL nº 3925/1997 - Pedágio



ANUT - O BRASIL ANDA POR AQUI!









